

# VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA

12 a 16 de novembro de 2011 | Anhembi | São Paulo | SP

ABRASCO

**Epidemiologia e as Políticas Públicas de Saúde**

## **SUS Igual para Todos: Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil**

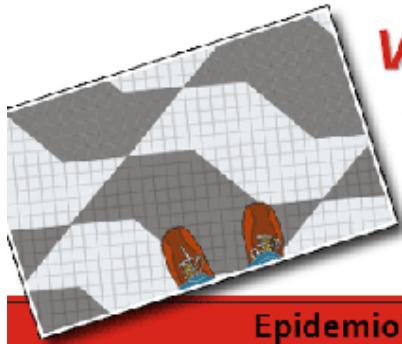
Queridos amigos Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde e Presidente do CNS, José Cassio de Moraes, coordenador da Comissão de Epidemiologia da Abrasco e presidente deste Congresso, e Cesar Victora, colega no PPG em Epidemiologia (que comemora 20 anos) e presidente da Associação Internacional de Epidemiologia.

Estimadas autoridades que compõem a mesa de abertura deste VIII Congresso Brasileiro de Epidemiologia,

Queridos associados da ABRASCO, congressistas, convidados nacionais e internacionais, militantes da reforma sanitária e do SUS e todos que nos honram com a presença. Prezados membros da Comissão de Epidemiologia, das Comissões Organizadora e Científica e da Secretaria Executiva da Abrasco e todos aqueles que tornaram possível este evento.

É uma enorme alegria e uma grande honra para a ABRASCO a realização deste VIII Congresso na histórica e pujante cidade de São Paulo.

Estamos felizes, pois nesse encontro, além de contarmos com a honrosa presença do Ministro Padilha e de cada um dos presentes, incorporamos efetivamente os cursos de Graduação em SC à ABRASCO. Nossa histórica entidade de PG, hoje muda de nome para incluir a toda comunidade de docentes, pesquisadores e estudantes de nosso campo do conhecimento. Nosso caminho não será o do sindicalismo, ou do corporativismo, mas o da ciência ampla e atuante, que respeite e supere os exemplos de nossa história. Viva a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA.



## VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA

12 a 16 de novembro de 2011 | Anhembi | São Paulo | SP

ABRASCO

### Epidemiologia e as Políticas Públicas de Saúde

Sua presença aqui Ministro fomenta o diálogo com a comunidade científica e por isso somos muito gratos. À semelhança da posição prioritária que ocupa nas demandas da população, a SAÚDE precisa tornar-se uma prioridade de nossos governos. Entendemos a saúde como desenvolvimento e por isso ela precisa ocupar posição central nas políticas de econômicas e sociais do país. Somente assim será possível viabilizar plenamente os propósitos e fundamentos do SUS.

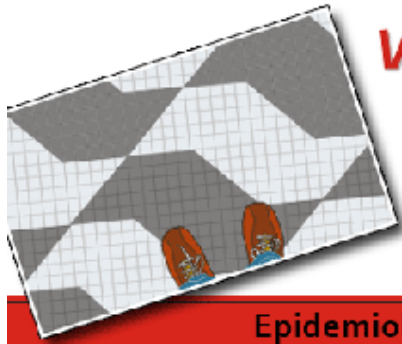
Nosso país vive um ciclo virtuoso de crescimento econômico e desenvolvimento social, em meio à forte crise internacional, que afeta de modo expressivo as economias mais ricas e desenvolvidas do planeta.

As evidências históricas reafirmam a atualidade dos determinantes sociais na explicação das desigualdades e iniquidades tanto nas condições de saúde, quanto na utilização de serviços de saúde dos diferentes grupos sociais.

Felizmente, as evidências também indicam que as políticas e as ações dos sistemas e serviços de saúde podem jogar um papel estratégico e bem-sucedido na redução de diversas iniquidades sociais em saúde. Neste sentido, vale destacar o reconhecimento nacional e internacional granjeado pela produção de conhecimento brasileira no campo da saúde coletiva e das políticas de saúde.

Do nosso ponto de vista, a saúde precisa ocupar lugar central na agenda política do país, buscando uma relação mais igualitária de nossos indicadores de saúde e de educação com nossa importância econômica. Esta brecha hoje é de dez vezes, sétima economia mundial, mas 60º. ou 70º. lugar em saúde e educação, posição pior do que a de muitos países menores e mais pobres do que o Brasil .

Hoje dispomos de todos os meios, políticos, financeiros e técnico-científicos, para alcançarmos transformações que desenvolvam o SUS e avancem o projeto da Reforma Sanitária brasileira. O Brasil tem a oportunidade de dispor de um sistema de saúde universal, equitativo e sustentável, conforme preconizado na Constituição de 1988.



## VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA

12 a 16 de novembro de 2011 | Anhembi | São Paulo | SP

ABRASCO

### Epidemiologia e as Políticas Públicas de Saúde

A 14ª. CNS é uma oportunidade histórica de governantes, controle social, trabalhadores de saúde, academia e todos os interessados contribuírem para que o dever do Estado na oferta de um sistema público de saúde alcance elevado padrão de qualidade, servindo de referência no país e no mundo, reafirmando objetivamente nosso compromisso com o direito à saúde de todos os brasileiros.

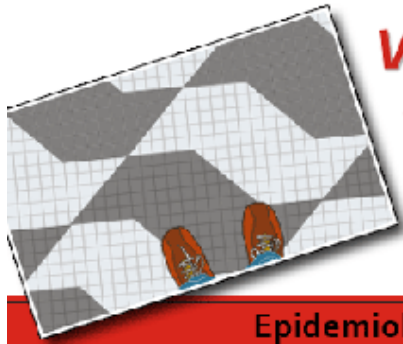
Não queremos um SUS que seja universal na alta complexidade, e oferte uma atenção básica pobre para pobres, entregando a média complexidade para os planos de saúde e empreendimentos privados. Queremos um SUS inteiro, complexo, com redes integradas que atendam exclusivamente seus usuários.

Nosso país teve avanços significativos na saúde materno-infantil, na atenção de emergência e até mesmo no cuidado domiciliar. Mas, é preciso enfrentar a violência urbana e rural para reduzir a epidemia de assassinatos, especialmente de jovens pobres. Para reduzir a epidemia de cesariana, será necessário garantir a toda mulher o direito de realizar um pré-natal de alta qualidade, conhecer o local onde terá seu bebê, dispor de um acompanhante no momento do parto, ser atendida por uma equipe multiprofissional, que inclua parteira, ou obstetrix, enfermeira, pediatra e obstetra.

Para reduzir a epidemia de sobrepeso, de obesidade, de mortes por AVC e amputações em diabéticos precisamos de políticas efetivas de alimentação e nutrição, de regulamentação da propaganda e publicidade de alimentos, bebidas e terapias, de melhorias urbanas que viabilizem o lazer e a atividade física em condições adequadas.

Precisamos avançar muito na proteção ambiental e na saúde do trabalhador reduzindo os acidentes e agravos à população e à natureza, decorrentes dos empreendimentos e dos negócios, principalmente aqueles de grande envergadura e potencialidade de dano.

Agora é hora de dar um salto de qualidade, com ações que conectem a saúde ao âmbito intersetorial. Será preciso renovar o contrato do



# VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA

12 a 16 de novembro de 2011 | Anhembi | São Paulo | SP



## Epidemiologia e as Políticas Públicas de Saúde

Estado brasileiro com a sociedade, com destaque para a participação de gestores do SUS, trabalhadores de saúde, entidades científicas e da área de saúde, conselhos e entidades profissionais. Somente assim teremos um país com envelhecimento saudável e dignidade social.

Portanto, Ministro, este Congresso é uma grande oportunidade para identificar as contribuições da Epidemiologia e da SC na superação das barreiras e que impedem o país de alcançar na saúde a posição de destaque que goza no âmbito da economia e mesmo da ciência.

Neste contexto, o subfinanciamento do SUS é injustificável, pois a tendência é de aumento de demanda e de responsabilidades para o conjunto das ações e serviços de saúde. Precisamos de um sistema realmente único de saúde, sem "apartheid" sanitário, condição *sine qua non* para sermos um país desenvolvido. Para isso, será necessário alocar os recursos públicos (especialmente federais e estaduais) no sistema público de saúde, com a redução progressiva dos subsídios ao sistema privado.

Podemos e devemos apoiar as iniciativas de ampliação de acesso com qualidade, inclusive com a adoção de indicadores específicos e de incentivos financeiros.

Mas também é preciso ter claro que não basta mais evidenciar que o SUS é bom para os pobres, temos que mostrar que sem um sistema público realmente único e de qualidade não seremos "um país rico", mas sim um país desigual.

Luiz Augusto Facchini - Presidente da ABRASCO

São Paulo, 13 de novembro de 2011